

Educação para os Direitos Humanos Sugestão de plano de aulas

Maratona de Cartas 2017

Conteúdos

1. Informação sobre direitos humanos
2. Sugestão de plano de aula
3. Declaração Universal dos Direitos Humanos

1. Informação geral sobre direitos humanos

Sobre a Amnistia Internacional

Somos um movimento global de mais de 7 milhões de pessoas em mais de 150 países e territórios que encara a injustiça como uma afronta pessoal.

Lutamos para que todas as pessoas no mundo possam usufruir em plenos dos direitos humanos. A nossa missão é investigar e agir de modo a prevenir e a pôr fim a abusos de direitos humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos tenham sido violados.

Inspirados pela esperança de um mundo melhor, trabalhamos no sentido de melhorar a vida das pessoas através de campanhas e da solidariedade internacional.

A nossa missão consiste em investigar e gerar ações no sentido de prevenir e acabar com as graves violações dos direitos humanos e no sentido de exigir justiça para aqueles cujos direitos foram violados.

Todos ativistas encaram as questões dos direitos humanos por meio da mobilização de pressão pública através de manifestações, vigílias e lóbi direto, bem como através de campanhas online e offline.

o nosso trabalho protege e empodera as pessoas – desde a abolição da pena de morte à concessão de direitos sexuais e reprodutivos, e desde o combate à discriminação à defesa dos direitos de refugiados e migrantes, entre outros. Nós ajudamos a trazer aqueles que torturam à justiça. Fazemos pressão para a mudança de leis opressivas. Libertamos pessoas que foram presas simplesmente por darem a sua opinião. Nós falamos por todos aqueles cuja liberdade ou dignidade foram ameaçadas.

A Maratona de Cartas

A campanha da Amnistia Internacional “Maratona de Cartas” decorre todos os anos, no último trimestre de cada ano, e celebra-se com maior ênfase por volta do dia 10 de dezembro, do dia dos Direitos Humanos (em que se comemora o dia em que a Declaração Universal de Direitos Humanos foi adotada em 1948). A Maratona de Cartas tem como objetivo mudar as vidas de pessoas ou comunidades que sofreram ou estão em risco de sofrer violações de Direitos Humanos. Para isso, todo o movimento concentra a sua energia



em conseguir o maior número possível de assinaturas em todo o mundo, para que o nosso trabalho de pressão aos governos encontre o apoio de milhões de pessoas.

Como resultado da chamada internacional para ação, os oficiais públicos recebem milhares de cartas. Vítimas de tortura, prisioneiros de consciência e pessoas que enfrentam a pena de morte ou outras violações de direitos humanos recebem mensagens de solidariedade de milhares de pessoas em lugares longínquos do mundo. Saber que não foi esquecido e que se conta com o apoio de milhares de desconhecidos tem uma força incrível. Aqueles que sofrem as violações sabem que os seus casos estão a ser alvo de atenção pública. Sabem que lutamos pela mudança.

Os resultados de campanhas como esta têm sido impressionantes! Não só a elevada taxa de participação é extremamente motivadora, como os casos de sucesso evidenciam a sua eficácia: há acusações que caem, há casos em que o tratamento se torna menos agressivo, existem leis ou regulamentos que dizem respeito ao problema que são introduzidas, existem pessoas que são libertadas.

Sobre os Direitos Humanos

Os Direitos Humanos são liberdades e proteções básicas que pertencem a cada um de nós, simplesmente por sermos humanos. Eles baseiam-se em princípios de dignidade, igualdade e respeito mútuo – independentemente da idade, nacionalidade, género, raça, crenças ou orientações pessoais.

Estes direitos humanos básicos são universais – eles pertencem a todos nós; a todas as pessoas do mundo. Eles são inalienáveis – não nos podem ser retirados. E eles são indivisíveis e interdependentes – eles são todos de igual importância e estão interligados.

Desde as atrocidades cometidas durante a II Guerra Mundial, os instrumentos internacionais de direitos humanos, começando com a Declaração Universal de Direitos Humanos, têm providenciado uma estrutura sólida para uma legislação nacional, regional e internacional desenhada de forma a melhorar vidas em todo o mundo.

Os Direitos Humanos não são luxos que podem ocorrer apenas quando as condições o permitem. São liberdades e garantias que tem de ser cumpridas e respeitadas.

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH)

A Declaração Universal de Direitos Humanos foi desenhada pelas recém-formadas Nações Unidas nos anos imediatamente a seguir à II Guerra Mundial. Desde 1948, tem sido a base fundamental do sistema internacional de Direitos Humanos.

Todos os países do mundo têm concordado que eles estão limitados, ou seja, obrigados a cumprir, os princípios gerais expressos nos 30 artigos deste documento.

A Declaração Universal de Direitos Humanos por si própria, como o nome sugere, é uma declaração. É uma declaração de intenção de cada governo à volta do mundo de que eles vão obedecer a certos padrões de tratamento individual de seres humanos. Os Direitos Humanos tornaram-se parte do direito internacional: desde a adoção da DUDH, outras numerosas leis obrigatórias e acordos têm sido desenhados com base nesses mesmos



princípios. São estas leis e acordos que providenciam as bases de organizações como a Amnistia Internacional para que esta possa alertar os governos para que estes mudem o tipo de tratamento que dão a pessoas, como por exemplo aqueles cujos casos fazem parte da campanha Maratona de Cartas.

A Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos

Cinquenta anos depois da adoção da Declaração Universal de Direitos Humanos, as Nações Unidas reconheceram que as pessoas que defendiam os direitos humanos necessitavam de apoio tanto das instituições como dos indivíduos. Em dezembro de 1988, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a “Declaração das Nações Unidas sobre o Direito e Responsabilidade de Indivíduos, Grupos e Organismos da Sociedade para a Promoção e Proteção Universalmente Reconhecida dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais” – normalmente conhecida como Declaração das Nações Unidas sobre os Defensores de Direitos Humanos”. Esta define um defensor de Direitos Humanos e estabelece as responsabilidades dos governos, da sociedade civil e dos indivíduos relativamente ao apoio e defesa dos mesmos.

A Declaração é um instrumento internacional de proteção do direito de defender os direitos humanos. Ela não cria novos direitos, mas reafirma os direitos existentes que são instrumentos para a defesa dos direitos humanos. Estes incluem os direitos de liberdade de associação, liberdade de reunião pacífica, liberdade de opinião e expressão, o direito de acesso a informação relativa a direitos humanos, assim como o direito de providenciar assistência legal e liberdade de desenvolver e discutir novas ideias na área dos direitos humanos

2. Sugestão de plano de aula

Conceitos-chave:

- Defensores de direitos humanos; direitos humanos; apatia; coragem; igualdade; liberdade

Sobre esta aula:

- Os alunos desenvolvem as suas capacidades de comunicação e persuasão ao trabalharem um caso de um defensor de direitos humanos.

Resultados de aprendizagem:

- Os alunos compreendem o compromisso e coragem dos defensores de direitos humanos.
- Os alunos melhoram as suas capacidades de comunicação.
- Os alunos conhecem a campanha da Amnistia Internacional, Maratona de Cartas, e estão preparados para escrever uma carta em apoio a uma das pessoas em que a campanha se foca.

Tempo necessário:

45 minutos

Recursos úteis:

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos



2.1 Discussão / 15 minutos/ “Eu não falei ...”

2.1.1. Leia à turma o pequeno poema de Pastor Martin Niemöller que se encontra a seguir.

Não sobrou ninguém

*Quando vieram buscar os comunistas,
eu não disse nada;
eu não era comunista.*

*Quando eles prenderam os sociais-democratas,
eu fiquei em silêncio;
eu não era um social-democrata.*

*Quando vieram buscar os sindicalistas,
eu não me importei;
eu não era um sindicalista.*

*Quando vieram buscar os judeus,
eu fiquei em silêncio;
eu não era judeu.*

*Quando eles me vieram buscar,
já não havia ninguém que pudesse falar por mim.*

2.1.2. Peça aos alunos uma pequena reação:

- Quando acham que o poema foi escrito?
- Sobre o que era o poema? O que é que o autor estava a tentar dizer?

2.1.3. Após alguma interpretação do poema, pergunte:

- Porque é que nem sempre falamos quando outros estão a ser oprimidos ou têm os seus direitos violados? O que nos impede?
- Podem pensar em alguns exemplos em que isto tenha acontecido, por exemplo nas vossas próprias vidas?
- Podem pensar em exemplos de quando vocês, ou outros, falaram pelos outros?

2.1.4. Dê aos estudantes alguma informação sobre a Declaração das Nações Unidas sobre Defensores de Direitos Humanos. Explique que algumas vezes é difícil falar sobre estes direitos, e aqueles que o fazem também precisam de proteção para se ter a certeza de que eles próprios não sofrem. A Declaração sobre os Defensores de Direitos Humanos foi introduzida com este objetivo.

2.2. Introduzir a Maratona de Cartas

2.2.1. Dê aos estudantes alguma informação sobre a campanha Maratona de Cartas, e introduza os casos da campanha como defensores de direitos humanos que a Amnistia selecionou para este ano. Diga-lhes que a Amnistia está a pedir às pessoas à volta do mundo para falarem em prol deles – da mesma forma que tem vindo a fazer por outros seres humanos.

2.2.2. Informe os estudantes sobre algumas das histórias de sucesso nas passadas campanhas da Maratona de Cartas. Explique que esses sucessos são sobretudo resultado de um grande número de pessoas que agiram – e escreveram cartas por direitos humanos. Diga-lhes:

-Se todos os estudantes desta turma puderem escrever/assinar uma carta, e persuadir apenas uma pessoa para escrever outra, já vão ser cerca de 50 cartas para as autoridades de um determinado país.

2.3. Persuadir em favor dos direitos humanos

2.3.1. Divida os estudantes em pares/grupos e entregue informação sobre os casos (um caso por grupo, por exemplo). Diga aos estudantes que cada par/grupo precisa de escrever uma pequena “apresentação” de forma a persuadir uma outra pessoa a escrever sobre os direitos da pessoa cujo caso receberam.

2.3.2. Algumas perguntas poderão ajudar a desbloquear determinadas situações:

- Quais os direitos humanos violados neste caso?
- O que está de errado nesse caso?
- Porque é que é que preciso agir por esse caso?

2.3.3. Depois de 15 minutos, volte a juntar o grupo e pergunte se algum dos pares gostaria de ler a sua apresentação aos outros alunos da turma.

2.3.4. Conclua perguntando à turma se eles seriam persuadidos pelas apresentações dos outros estudantes.

- Que argumentos foram mais convincentes e porquê?
- Gostariam de os usar?

Encoraje os alunos a experimentarem a sua apresentação com o máximo de pessoas possível. Poderia também realizar uma pequena competição: quem pode persuadir o maior número de pessoas a escrever/assinar cartas?

2.4 Escrever uma carta – salvar uma vida

2.4.1. Encorajar os estudantes a escrever diretamente aos casos selecionados, de forma a expressar a sua solidariedade e admiração, com mensagens de apoio e esperança. Peça-lhes para pensarem em algo que ela possa querer ouvir nestes tempos difíceis, algo que faça a pessoa saber que não está sozinha.

Todas as mensagens de solidariedade deverão ser enviadas para a Amnistia Internacional, para que as faça chegar aos seus destinatários.



Pode dar aos alunos algumas indicações para os ajudar a escrever as suas cartas, tornando-as mais pessoais:

- Acrescentar alguma informação pessoal.
- Acrescentar o que surpreende mais no caso escolhido.